



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS AGRESTE
NÚCLEO DE DESIGN E COMUNICAÇÃO
CURSO COMUNICAÇÃO SOCIAL

NATALIA BARBOSA RIBEIRO

TELEJORNALISMO E VIOLÊNCIA:
A Comunicação Não-Violenta como Alternativa em Programas Policiais

Caruaru
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS AGRESTE
NÚCLEO DE DESIGN E COMUNICAÇÃO
CURSO COMUNICAÇÃO SOCIAL

RELATÓRIO CIENTÍFICO

TELEJORNALISMO E VIOLÊNCIA:

A Comunicação Não-Violenta como Alternativa em Programas Policiais

NATALIA BARBOSA RIBEIRO¹

Caruaru
2024

¹ Graduando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: natalia.bribeiro@ufpe.br

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Ribeiro, Natalia Barbosa .

TELEJORNALISMO E VIOLÊNCIA: A Comunicação Não-Violenta como
Alternativa em Programas Policiais / Natalia Barbosa Ribeiro. - Caruaru,
2025.

55

Orientador(a): Giovana Borges Mesquita

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Comunicação Social, 2025.

1. comunicação não-violenta. 2. cartilha. 3. violência. 4. telejornalismo. 5.
jornalismo de paz. I. Mesquita , Giovana Borges. (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

Dedico este trabalho ao meu filho querido e amado, Caetano.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a oportunidade de ter vivido uma universidade interiorizada tão rica e com potencial de mudar para sempre as vidas dos alunos que passam por ela. Quero agradecer a minha orientadora por ser uma profissional tão incrível e pela sua paciência inesgotável ao longo desses anos. A senhora foi fundamental para chegarmos até aqui. Obrigada por tudo, Gio!

Quero agradecer a minha mãe Adriana, a minha irmã Marina e ao meu pai Edemir, que são os meus pilares para tudo. Vocês me fizeram chegar aonde cheguei devido a todo suporte que me deram. Eu amo vocês mais que tudo.

Quero agradecer aos meus amigos e colegas da universidade, que foram tão acolhedores no momento que estive mais vulnerável da minha vida, durante minha gravidez. Aprendi muito com todos vocês.

Quero agradecer aos professores do curso de Comunicação Social que fizeram parte dessa trajetória e por tornarem esse curso tão maravilhoso da forma que ele é. Devemos isso a vocês.

Quero agradecer ao meu companheiro de vida e pai do meu filho, Williams, que me acompanha há tantos anos e me deu forças para continuar.

E por fim, quero agradecer ao meu filho tão querido e amado, por vir ao mundo e ser essa pessoa tão excepcional e maravilhosa. Sem ele nada disso faria sentido.

RESUMO

O trabalho teve como objetivo geral a elaboração de uma cartilha com base na Comunicação Não-Violenta para Jornalistas. Intitulada “Comunicar sem violentar: cartilha para Jornalistas”, o produto propõe uma abordagem menos violenta na produção dos programas policiais. A Comunicação Não-Violenta (CNV) serviu como base para estruturar a proposta voltada para jornalistas e para a sociedade, dialogando com a Constituição Federal Brasileira de 1988, considerada a Constituição Cidadã; com o Código de Ética dos Jornalistas e com o conceito de Jornalismo de Paz. Para a elaboração da cartilha, aqui apresentada, foram analisados dois programas policiais de maior audiência de Pernambuco: “Meio Dia” da TV Jornal e o “Balanço Geral” da TV Guararapes. Os programas são exibidos de segunda a sexta-feira, e o período analisado, que serviu como subsídio para a produção da cartilha foi entre os meses de outubro e dezembro de 2022, o ano que foi registrado 37,8 mortes violentas a cada 100 habitantes, no estado de Pernambuco, enquanto a taxa nacional foi de 23,4 mortes (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023). A cartilha, com 29 páginas, foi desenvolvida no programa Adobe Illustrator e na plataforma Canva, utilizando a técnica de colagem para compor as imagens. A cartilha possui um texto de apresentação, seguido por uma discussão sobre a importância do Telejornalismo, sobre violência e os grupos mais afetados pela violência na TV, além de explicações sobre os conceitos de Comunicação Não-Violenta (CNV) e como a CNV pode ser trabalhada no telejornalismo. Por fim, a cartilha discute caminhos de como promover uma Cultura de Paz na redação e apresenta leituras que podem ser importantes para se pensar a temática.

Palavras-chave: comunicação não-violenta; cartilha; violência; telejornalismo, jornalismo de paz.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNV	Comunicação Não-Violenta
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	OBJETIVOS	10
2.1	OBJETIVO GERAL	10
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
3	REFÊRENCIAL TEÓRICO	11
3.1	O SURGIMENTO E O FORTALECIMENTO DA TELEVISÃO NO BRASIL.....	11
3.2	A VIOLÊNCIA PRESENTE NA TELEVISÃO	13
3.3	TELEJORNALISMO POLICAL	14
3.4	A COMUNICAÇÃO VIOLENTA PRESENTE NOS PROGRAMAS POLIALESCOS	16
3.5	COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA.....	18
3.6	JORNALISMO DE PAZ.....	18
4	METODOLOGIA.....	20
5	RESULTADOS.....	21
6	CONCLUSÃO.....	22
	REFERÊNCIAS	23
	APÊNDICE A – CARTILHA COMUNICAR SEM VIOLENTAR: CARTILHA PARA JORNALISTAS	25

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa "Inside Video 2023", realizada pela Kantar IBOPE Media, destaca a importância da televisão como o principal meio de consumo de vídeos no contexto brasileiro. Em 2022, o vídeo atingiu em média, 64% dos brasileiros, colocando o Brasil na 6ª posição entre os países latino-americanos no que diz respeito ao maior tempo médio de consumo individual de TV linear. Quanto ao consumo de TV por hora, a média nacional do consumo da TV Aberta no país é de 4 horas e 54 minutos por dia. Esses números mostram o grau de influência do veículo, e como as informações transmitidas pela TV ganham credibilidade da população, que consome conteúdos nas reportagens, muitas vezes, sem reflexão sobre os interesses não explicitados, ou seja, nem tudo é neutro ou imparcial, mas o público não percebe.

Assistir televisão foi por muitos anos uma espécie de ritual nos lares brasileiros. A combinação do som com a imagem, faz com o que a gente acredite na imagem sem questionar. A televisão, inaugurada no Brasil em 1950, é um artefato tecnológico que se fez presente como um bem material elitizado durante décadas (Leal, 2009). E essa forma elitizada de acesso ao artefato é também estendida para a propriedade das empresas de comunicação, que está nas mãos de poucas famílias refletindo a realidade de grupos hegemônicos econômicos e políticos, numa contribuição para reforçar, muitas vezes, preconceitos, como racismo, intolerância, desigualdades sociais, não representatividade das comunidades de contexto populares, estereótipos de minorias, além do incentivo ao consumo, feito pela publicidade. Não é diferente com a representação da violência (Barbosa, 2010).

Tratando-se de um meio de comunicação de massa com forte influência na população, a TV ajuda, por meio do jornalismo, a construir a realidade, na medida que, como observam Berger e Luckmann (2004, p. 68), é uma instituição que serve como referência e orienta o homem moderno, que está imerso numa crise de sentido.

O telejornalismo, por sua vez, desempenha um papel crucial na proteção dos direitos e liberdades individuais. Além de informar, a notícia, principal matéria-prima do telejornalismo, colabora para a construção social da realidade e como forma de conhecimento não formal, contribuindo para as pessoas tomar decisões e participar ativamente da vida política e social (Vizeu, 2016).

Dessa forma, a preocupação central do telejornalismo, deve ser com a busca da verdade e com a luta incessante por uma atuação ética, com qualidade da informação e pluralidade de versões (Cerqueira & Vizeu, 2016). Mas isso nem sempre acontece. Nos programas policiais brasileiros assistimos a uma enxurrada de violência, desrespeito a presunção da inocência, exposição indevida de pessoas e desinformação. Como se não bastassem os números da violência no País, que segundo o Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019) foram 65.602 homicídios em 2019, uma taxa de 31,6 por 100 mil habitantes, o maior número da história, a cultura de violência está presente em discursos sociais e a propagação desses discursos se dá através da comunicação, uma vez que naturaliza determinadas ideias, crenças, preconceitos, ideologias e comportamentos.

Entretanto, por uma concessão pública, a televisão deve exercer um papel educativo na sociedade, como determina o *artigo 221 da Constituição Federal de 1988*.

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

- I - Preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
- II - Promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
- III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;
- IV - Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Diante desse cenário, a identificação da comunicação violenta presente nos programas policiais serviu de base para o objetivo final deste trabalho, que consiste na elaboração de uma cartilha propondo uma comunicação não violenta para comunicadores e para respaldar a sociedade, que deve ter ciência de que a comunicação é um direito humano, tal qual a saúde e a educação.

Os estudos sobre Comunicação Não-Violenta (CNV) foram inaugurados por Marshall Bartran Rosenberg, na década de 1980, e propõem uma reconfiguração nas relações pessoais e interpessoais, mais precisamente no emissor e no receptor da mensagem, com o objetivo de diminuir a violência na comunicação.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Elaborar uma cartilha com base na Comunicação Não-Violenta para Jornalistas.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Propor uma comunicação não violenta para Jornalistas;
- Introduzir a temática da CNV na rotina produtiva da redação;
- Contribuir para a reflexão do Jornalista sobre a importância do telejornalismo na construção de uma cultura de paz.

3 REFÊNCIAL TEÓRICO

3.1 O SURGIMENTO E O FORTALECIMENTO DA TELEVISÃO NO BRASIL

A história da televisão no Brasil começou na década de 1950, quando aconteceu a primeira transmissão ao vivo no país, realizada pela TV Tupi-Difusora. O dia, 18 de setembro daquele ano, foi histórico e marcou a vida dos brasileiros, significando um avanço tecnológico (Leal, 2009). “A TV Tupi-Difusora começou transmitindo imagens para apenas cerca de 500 aparelhos receptores na cidade de São Paulo, mas três meses depois havia 2 mil aparelhos funcionando ali” (JAMBEIRO, 2002, p. 51). No início, a televisão permaneceu por muito tempo sendo um objeto que só a elite tinha acesso. A popularização dos aparelhos de TV só começou após algumas décadas. Mas, a televisão fez surgir um fascínio pela junção de imagens e sons, fazendo com que as pessoas desejassem o aparato tecnológico em casa. Barbosa (2010) observa que:

Diretamente relacionada à possibilidade de alguma coisa, que, mesmo previamente concebida como irrealizável, pode se transformar numa possibilidade lateral da própria realidade, e estabelecendo elo fundamental com a imaginação produtora de sentidos através de imagens, pensar na possibilidade imagética da TV é quase que naturalmente visualizar a utopia como o reino da televisão, já que em nenhum meio massivo a produção de ficções imaginativas via imagens é mais expressiva (Barbosa, 2010. p. 23).

Ainda sobre o fascínio que a televisão trouxe, Barbosa (2010) ressalta que:

As imagens da TV constroem um parâmetro identitário e, ao mesmo tempo, permitem a produção da imaginação, que só se realiza naquilo que se projeta como ficção, nas imagens. A televisão transforma suas imagens numa função da imaginação do público. Através das imagens, percebe-se não o lugar onde se está, mas um espaço longínquo, o alhures, que pela imaginação torna-se próximo, em certa medida realizável. Olha-se o nenhures, ou seja, o que é transmitido pela TV, um lugar que só existe como imagem potencial para atingir o alhures (o lugar onde gostaríamos de estar), que só se realiza com o complemento da imaginação (Barbosa, 2010. p. 23).

Neste cenário em que a televisão se configurava, ela passou a ser almejada pela sociedade. A publicidade entrou como fundamental para colocá-la como objeto de desejo nos lares brasileiros, mais precisamente na sala de estar sendo o principal objeto da casa. Barbosa (2010) conta que:

O anúncio do novo artefato tecnológico, cujo uso ainda era experimental, encena uma expectativa em relação aos modos de ver televisão que a coloca definitivamente na sala de visitas dos que inicialmente serão chamados de “telespectadores”. A ideia de comodidade se sobressai em muitas das reproduções e nos textos que informam as possibilidades tecnológicas do novo “invento revolucionário da eletrônica” (Barbosa, 2010. p. 21).

Anos antes da televisão ocupar a sala de estar, já havia sido implementada essa ideia de necessidade de adquirir o aparelho de televisão, mesmo sendo um objeto que não pertencesse ao universo cultural da sociedade. “A televisão já nasce dependente da imaginação comunicacional do público e como utopia midiática” (Barbosa, 2010. p. 23).

Outro momento que contribuiu para a consolidação da televisão no Brasil foi o período de 1964 a 1984, quando o país estava sob uma ditadura militar. Segundo Leal (2009), naquela época havia um interesse de que a comunicação fosse integrada em todo país, dentro de um discurso dos militares de que esse caminho garantiria a defesa da segurança e o desenvolvimento nacional, baseado na industrialização e no crescimento econômico, como destaca Leal (2009):

A ditadura militar contribuiu para o impulso no desenvolvimento da TV no Brasil, ao criar vários órgãos estatais que lidavam com a produção cultural, ao formular leis e decretos, ao congelar as taxas dos serviços de telecomunicação, ao dar isenção das taxas de importação para compra de equipamento, ao proporcionar uma construção de uma estrutura nacional de telecomunicações em redes e ao fazer uma política de crédito facilitado (Leal, 2009. p.8).

Com os incentivos a indústria de eletroeletrônicos e com a lei de compra a crédito, promulgada em 1968, houve um aumento no número de acesso aos aparelhos de TV, como destaca Jambeiro (2002):

Quando os militares tomaram o poder, em 1964, o Brasil tinha cerca de dois milhões de aparelhos de TV. A partir de 1968, a recém-instalada indústria de eletroeletrônicos, associada a políticas de incentivos a ela concedidos pelo governo, e à lei de compra a crédito promulgada em 1968, fez aquele número crescer rapidamente: em 1969 havia quatro milhões e um ano depois cinco milhões de aparelhos de TV. Em 1974 esse número tinha crescido para cerca de nove milhões e os aparelhos de TV estavam presentes, então, em 43% dos lares brasileiros (Jambeiro, 2002, p. 81).

Na sociedade contemporânea, a televisão continua avançando, presente nos lares brasileiros sendo um dos meios de comunicação de maior audiência. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de domicílios com TV no Brasil passou de 69,6 milhões, em 2021, para 71,5 milhões, em 2022. É inegável a importância da televisão, como meio de comunicação, para a cultura brasileira. Neste sentido, a televisão possui um espaço de credibilidade e passa a transmitir uma realidade baseada, muitas vezes, em alguns interesses privados, não contemplando as heterogeneidades da sociedade. No entanto, a televisão por ser uma concessão pública, de acordo com o *artigo 221* da Constituição Federal de 1988, deveria atender aos seguintes princípios:

- I – Preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
 - II – Promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
 - III – regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;
 - IV – Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.
- (BRASIL, 1988)

3.2 A VIOLÊNCIA PRESENTE NA TELEVISÃO

A partir do que já foi apresentado até agora, fica claro a importância da televisão para construção de opinião pública. Mas um ponto que precisa ser pensado é que as concessões das emissoras de TV ainda são destinadas a um número reduzido de pessoas, o que acarreta na concentração de toda a produção e divulgação do conteúdo nas mãos de poucas famílias, detentoras de um poder político ou econômico. Diante deste cenário, esse tópico se propõe a refletir sobre como a violência aparece na televisão.

A violência como um fenômeno normalizado na sociedade contemporânea, passou a ser representada na TV, sobretudo comerciais, como forma de mostrar uma realidade carregada de estereótipos, preconceitos, enquadramentos dos acontecimentos e, destacadamente, banalização (Tondato, 2007).

Segundo Tondato (2007), a televisão promove uma verdadeira construção de significados, sendo um dos principais meios responsáveis por formar opinião. E isso inclui a formação de opinião sobre a violência, que frequentemente é feita a partir das discussões propostas pelo telejornalismo, que, segundo Mesquita (2014, p. 19), “ocupa lugar proeminente na forma como a maioria dos homens e das mulheres percebe o mundo que os cerca. A agenda diária de cobertura dos fatos pelos noticiários influencia a agenda pública”.

A autora ainda ressalta que as consequências desse agendamento e do enquadramento dos acontecimentos feito pelos noticiários sugerem que eles não só nos propõem sobre o que devemos pensar, como também nos propõem como pensar (MCCOMBS; SHAW, 1993). É o que na Teoria do Jornalismo, chama-se de hipótese da *agenda-setting*, que pressupõe fundamentalmente que "a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos *mass media*" (SHAW, *apud* NJAINE, 2004, p.5).

No caso da representação da violência, os meios de comunicação de massa tornam a sociedade mais vulnerável ao modo como os acontecimentos são apresentados. Isso ocorre porque, ao valorizarem formas simbólicas, como imagens e narrativas impactantes, acabam reforçando a ideia de que vivemos em um mundo extremamente violento (Tondato, 2007).

3.3 TELEJORNALISMO POLICIAL

Neste tópico será comentando o que denomina “telejornalismo policial”, com objetivo de levantar a discussão para a análise dos programas “Balanço Geral” da TV Clube e “Meio Dia” TV Jornal, que serviram de subsídio para a construção da cartilha.

São muitas as definições para o que é jornalismo. Segundo Vizeu (2008), o jornalismo é essencial para a vida em sociedade. Ele explica que assim, como os jornais (impressos ou digitais), os noticiários de rádio e televisão, cumprem uma função de sistematizar, organizar, classificar e hierarquizar a realidade, contribuindo para que homens e mulheres, ao se inteirar dos acontecimentos, tenham ao seu dispor uma certa organização do mundo circundante.

Ao tentar mostrar as diferenças entre o jornalismo policial e o jornalismo tradicional, Periago (2004) destaca a postura do repórter, afirmando que o jornalismo

tradicional brasileiro sofreu uma forte influência do modelo americano, no qual o repórter assume uma postura mais séria, procurando fazer uma abordagem mais direta, objetiva e imparcial. Já no jornalismo policial acontece o contrário: o repórter e o cinegrafista ganham outra função, precisam deixar a notícia “mais interessante” (aspas nossas), são mais participativos e opinativos. A câmera passa a ser utilizada de forma mais livre. “A câmera parece estar ‘nervosa’ “(PERIAGO, 2004, p.89). Já a edição busca ressaltar aspectos mais apelativos. É característico desses programas apresentarem algo mais improvisado como se a “verdade” do acontecimento fosse mostrada em tempo real:

O repórter do telejornal policial se torna um integrante ativo. Sua participação é parcial e pode, em determinados casos, interferir com a realidade daquele. [...] Em determinados casos, a interferência do repórter também serve para manipular momentos que não estão correspondendo com a expectativa de uma determinada situação. Nesse sentido, criam-se situações que aumentam o potencial de um fato para que ele se torne mais fluente aos olhos do telespectador. Esse processo pode transformar a tele notícia em um espetáculo de ficção, pois, em determinadas situações até elementos da dramaturgia, como a tensão dramática, a identificação com o herói ou com vilões, as expressões oral e facial são utilizados para sensibilizar o telespectador (PERIAGO, 2004, p.11).

Segundo Romão (2013), o conteúdo do jornalismo policial pode ser dividido em três categorias principais, cada uma responsável por uma função específica dentro da dinâmica do jornalismo policial. Estas categorias são:

- 1) Sensacionalismo: a captura da atenção – composta pelos elementos cuja função principal é a captura da atenção dos telespectadores;
- 2) Construção da credibilidade – composta pelos elementos que têm por função a construção da credibilidade e da autoridade dos programas;
- 3) Visão de mundo do Jornalismo Policial – composta pelos elementos que compõem a visão de mundo apresentada pelos programas (ROMÃO, 2013. p. 41).

Romão (2013) pontua que o sensacionalismo é uma das características mais fortes desses programas, pois eles têm o objetivo de prender emocionalmente os telespectadores e, ao mesmo tempo, deixá-los acríticos. Na programação, aparecem situações cômicas, exageradas, violentas e até dramáticas. Buscam uma clara dramatização das situações, a identificação pelo vilão e pelo herói, junto com expressões faciais e orais, para estimular sensações e emoções no público. Essas tais características resultam numa comunicação violenta presente nesses programas.

Romão (2013) ressalta que a segunda característica que compõe o jornalismo policial é a construção da realidade que faz parte de um conjunto de ações como estratégias de retórica e posturas que contribuem para a credibilidade desses programas. Ele chama atenção para algumas subcaracterísticas, como o hiper-realismo, que é o exagero da realidade com objetivo de ser mais significativa a mensagem. O hiper-realismo está vinculado ao sensacionalismo para explorar as emoções dos telespectadores. A segunda subcaracterística é o insistente depoimento de autoridade para fundamentação do que está sendo mostrado. A terceira subcaracterística é a produção de proximidade, que se legitima como sendo uma voz de representatividade do povo. Com isso, aumenta a versão dos fatos interpretada como confiável. Por último, a quarta subcaracterística é o tom do discurso e a postura do apresentador, que se configuram com um tom enfático e firme com o objetivo de ser uma figura inquestionável, defensora da justiça e com autoridade para isso.

3.4 A COMUNICAÇÃO VIOLENTA PRESENTE NOS PROGRAMAS POLIALESCOS

Antes de começar esse tópico, vale ressaltar que a violência presente nestes programas se torna uma das características desses programas, que se dizem mostrar a violência da cidade de maneira crua. Entretanto, este trabalho persiste em mostrar que é possível fazer jornalismo policial com uma comunicação não violenta, principalmente por ser a televisão uma concessão pública.

Já foi pontuado neste trabalho a influência que os meios de comunicação, especificamente, a televisão tem sobre a sociedade, interferindo na opinião pública e contribuindo para a construção da realidade.

Em se tratando da temática violência, ela aparece de forma brutal na TV, em matérias que envolvem assassinatos de crianças e adolescentes, na desrespeitosa abordagem das vítimas em diversos acontecimentos, no reforço de estereótipos, só para citar algumas situações nas quais a televisão propaga a violência.

Para exemplificar um pouco essa situação de violência existente nos dois programas que analisamos, transcrevemos duas reportagens exibidas no dia 27 de outubro de 2022, retiradas do *Youtube* do perfil das emissoras. As reportagens reúnem algumas características apontadas por Romão (2013), como por exemplo, o sensacionalismo. A primeira delas é a reportagem exibida no dia 27/10/2024 com dez

minutos de duração, o apresentador chama a atenção do público com a fala “urgente, urgente, urgente! Bebê de 5 meses morre misteriosamente em São Lourenço da Mata e de acordo com a polícia a criança pode ser sida sufocada pelo próprio irmão. Os pais do bebê estão nesse exato momento do DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa), bairro do Cordeiro. Rafael Cabral está lá e traz para a gente. O repórter entra em cena e continua concordando com a fala do apresentador em estúdio. No momento, ele observa que há um parente da criança. Ele pede para o cinegrafista não mostrar o rosto. Ele diz “a gente está ao vivo, minha amiga, a gente não vai mostrar o rosto da senhora pra precaução. A senhora é o que do menininho de 5 meses?” A entrevistada responde “eu sou mãe”. Ele diz “a senhora é a mãe? Meu deus, meus sentimentos! O que foi que aconteceu, minha amiga?” Ela responde “quero dar nenhuma reportagem não, moço, desculpe”. Ela começa a caminhar. Ele continua “só pro pessoal de casa entender, a gente compreende a dor da senhora nesse momento, mas só pro pessoal de casa entender o que de fato aconteceu. Porque a senhora disse que ele deve ter sido sufocado, né? A senhora não quer explicar o que aconteceu?”. O repórter caminhou até entrada da delegacia insistindo em uma explicação da mãe da criança.

A segunda reportagem também vinculada no mesmo dia 27/10/2022, com duração em média de quinze minutos, a chama na tela “jogador de futebol do SUB-17 do Náutico é vítima de racismo no bairro da Guabiraba”. O apresentador anuncia a entrada do repórter no ar. Enquanto o repórter relata o que aconteceu, o adolescente e o pai estão ao lado ouvindo. O repórter conta que a vítima estava esperando o seu pai ir buscá-lo pós-treinamento. Enquanto ele esperava seu pai, um dos suspeitos colocou uma caminhonete pra cima do adolescente. Nesse momento, houve uma discussão entre o adolescente e o suspeito sobre o acontecido. Outro suspeito disse que ele estava observando de longe, ele afirmou que o adolescente estava tentando roubar a caminhonete e disse “sai daqui nego”. O adolescente relata o acontecido com as entonações de voz por partes das pessoas envolvidas. O primeiro suspeito insiste que o adolescente está roubando. O repórter fala que a situação foi um total constrangimento pelo acusamento dos suspeitos. O repórter passa a fala para o pai, ele relata o que aconteceu na sua versão. O repórter pergunta se ele considerava a situação racista, o pai confirma que sim.

3.5 COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA

Teoria sistematizada por Marshall Rosenberg na década de 1960, que se resume em um conjunto de práticas não-violentas voltadas à comunicação, verbal e não-verbal, com objetivo de melhorar a maneira de se expressar, ouvir as pessoas e agir nas resoluções de conflitos de maneira consciente do que se está sendo observado, sentido, necessitado e demandando. Os processos da CNV são:

Observação - Analisar o que realmente está acontecendo, com objetivo de deixar a situação mais clara.

Sentimento - Identificar qual é o sentimento das pessoas que estão envolvidas na narrativa.

Necessidade - Definir qual é a necessidade e a prioridade das pessoas envolvidas na situação.

Pedido - Fazer o pedido atendendo às necessidades das pessoas envolvidas.

Segundo o psicanalista Dirk Belau (2024), os quatro elementos da CNV (observação, sentimento, necessidade e pedido) podem ser correlacionados com o jornalismo da seguinte forma:

- Observar sem julgar de maneira a esclarecer os valores que estão por trás daquela matéria, evitando eventuais julgamentos morais implícito;
- Na identificação de sentimentos, o jornalista pode explorar os aspectos humanos das histórias sem manipular;
- A necessidade de honestidade é importante ao noticiar, sendo, portanto, significativo mencionar as demandas dos trabalhadores para não afetar negativamente a opinião pública;
- Por fim, a atenção do público é o pedido, pois a qualidade da notícia pode afetar essa atenção do/a telespectador/a deixando-o/a vulnerável a desinformação, que é considerada uma forma de violência na comunicação.

3.6 JORNALISMO DE PAZ

A cultura de paz propõe a ser uma posição oposta da cultura da violência, que contribui para a manutenção desse espiral de desigualdades, conflitos e injustiças na

sociedade, garantindo o controle social. Busca ser um estado e uma cultura conjunta de valores e práticas, que devem ser buscadas pelo âmbito social e pessoal (González; López, 2012).

O jornalismo de paz vem com uma proposta de noticiar de forma justa, completa e humanizada, fazendo escolhas responsáveis nos conteúdos a serem transmitidos para que a audiência passe a considerar e valorizar, não só as informações, mas, principalmente as soluções dos conflitos, pois o uso da violência é naturalizado quando a sociedade omite políticas públicas de mediação de conflitos, o que fomenta para a desigualdades sociais e promove as injustiças visíveis (VALESAN, 2015).

O jornalismo para a paz pode ser eficaz em mudanças sociais, como redução da disparidade social, corrupção, exploração e o aumento do respeito social dos grupos mais vulneráveis da sociedade. Assim de acordo com Shinar (2007 apud KEEBLE; TULLOCH; ZOLLMANN, 2010), o intuito do jornalismo para a paz:

[...] não é reportar apenas 'boas notícias', mas sim conceber um modo mais justo de cobrir conflitos quando comparado às coberturas usuais, além de sugerir possibilidades de aprimora a performance profissional, fortalecer valores humanos, morais e éticos na mídia, ampliar seus horizontes profissionais e acadêmicos e, também, fornecer melhor serviço público por meio da mídia (p. 3, tradução Cabral e Salhani).

Na cartilha “*Comunicar sem violentar: cartilha para Jornalistas*”, propomos a construção de uma notícia ou reportagem policial pautada pelo jornalismo de paz, seguindo algumas etapas. Na apuração, recomenda-se adotar um enquadramento que incorpore os princípios do jornalismo de paz, contextualizando o conflito por meio das violências estrutural e cultural, em vez de focar exclusivamente na violência direta. Durante as entrevistas, é importante fazer perguntas construtivas, que estimulem reflexões sobre o tema, Na redação do texto, deve-se evitar um tom alarmista ou que incite o medo. Na edição, é fundamental manter o contexto das falas, garantindo o entendimento do leitor ou telespectador e respeitando a pluralidade de vozes. Por fim, na pós-produção, os elementos do jornalismo de paz devem servir como critério para avaliar se o material produzido contribui para a compreensão e a solução dos conflitos (Ribeiro, 2023).

4 METODOLOGIA

Para a produção do produto “Comunicar sem violentar: cartilha para Jornalistas”, foram realizadas algumas etapas:

1. Levantamento de dados: a primeira etapa envolveu o levantamento de dados nos programas policiais “Balanço Geral” da TV Clube e “Meio Dia” da TV Jornal para identificar a comunicação violenta nos programas exibidos de outubro a dezembro de 2022, de segunda a sexta-feira. Nesse período, o estado de Pernambuco registrou 37,8 mortes violentas por 100 habitantes, enquanto a taxa nacional foi de 23,4 mortes (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Esse dado evidenciou a promoção de diversos tipos de violência e desinformações nos referidos programas. Nesse momento também foi feita a revisão bibliográfica dos conceitos de jornalismo, jornalismo policial, CNV, jornalismo de paz e violência.

2. Definição dos tópicos: na segunda etapa, foram definidos os tópicos da cartilha: apresentação, a importância do telejornalismo, os tipos de violência presentes nesses programas, orientações baseadas na Constituição Federal Brasileira e no Código de Ética do Jornalismo, além de conceitos sobre Comunicação Não-Violenta e Jornalismo de Paz.

3. Redação: com o objetivo de propor reflexões e mudanças na produção dos programas policiais para os profissionais da área, o produto criado utilizou-se de uma linguagem acessível e direta, focando nas problemáticas mais relevantes do tema. A redação foi realizada entre maio e setembro de 2024.

4. Design e diagramação: o design da cartilha foi baseado na técnica de colagem, que trouxe diferentes texturas e imagens, sintetizando a mensagem do texto. A diagramação foi feita no programa *Illustrator* e na plataforma Canva, amplamente utilizados por profissionais da área. As cores predominantes, vermelho e azul, foram escolhidas para captar a atenção dos/as leitores/as e envolvê-los/las na leitura, com um enfoque especial na temática da violência. O material foi disponibilizado online por meio de um link, facilitando o acesso ao público.

5 RESULTADOS

O produto “Comunicar sem violentar: cartilha para Jornalistas” pode ser encontrada no link². Foi construída no formato A4, com 29 páginas, contendo dez tópicos principais: a importância do Telejornalismo, tipos de violências, grupos mais afetados por essa violência, termos e construções que reforçam essa violência, o que é Comunicação Não-Violenta, como a Comunicação Não-Violenta pode ser trabalhada no Telejornalismo, comparações do que seria uma comunicação violenta e com não violenta, a importância da empatia e como promover uma cultura de paz no jornalismo.

A cartilha é composta por capa, corpo e referências. Na capa está o título diagramado junto com a imagem que sintetiza o assunto. O corpo é todo o conteúdo do trabalho, que contém textos, imagens, análises, comparações, além da proposta de uma autoavaliação com o profissional da área do Jornalismo. E por fim, as referências que foram usadas para estruturação do texto.

O conteúdo da cartilha começa com a importância do Telejornalismo e como ele constrói a realidade, continua com as identificações dos grupos minoritários mais afetados pela violência nos telejornais e como eles são afirmados de maneira pejorativas na televisão. São apresentados e reforçados as leis federais e os códigos sobre o que deve ou não ser mostrado pela TV, fazendo um contraponto do que é dito nas reportagens e o que deveria ser seguido de acordo com a Constituição Federal e o Código de Ética dos Jornalistas. As análises são feitas em como a CNV pode ser trabalhada no Telejornalismo, de que forma os conceitos podem ser incorporados no dia a dia de trabalho desses profissionais. A cartilha traz exemplos de reportagens e situações que são violentas, seguidos de propostas de como podem ser retrabalhadas. A importância da Empatia exemplifica de maneira mais objetiva a humanização do profissional jornalista para lidar com as reportagens sobre violência.

Ao fim, apresenta meios de como promover uma Cultura de Paz no jornalismo. Em seguida traz uma proposta de autoavaliação feita com perguntas reflexivas e respostas objetivas sobre o exercício da profissão. Finaliza com sugestões de leituras que podem ajudar nas reflexões de tudo que foi dito ao longo da cartilha. ²

² Disponível em: https://issuu.com/natribbeiro/docs/comunicar_sem_violentar_vers_o_final

6 CONCLUSÃO

Ao longo deste Trabalho de Conclusão de Curso foi desenvolvida uma cartilha com o objetivo de refletir com jornalistas sobre a comunicação violenta identificada nos programas policiaiscos. Este estudo foi motivado a analisar e propor alternativas com base na Comunicação Não-Violenta (CNV) e Jornalismo de Paz, além das diretrizes da Constituição Federal e no Código de Ética dos Jornalistas.

Após o levantamento de dados sobre a violência nos programas policiaiscos, um dos maiores desafios foi aplicar os conceitos à problemática identificada. Buscou-se, portanto, promover uma comunicação menos violenta, mais responsável e ética. O resultado desse trabalho é uma cartilha de 29 páginas, que inclui capa, apresentação, conceitos fundamentais, a identificação da problemática e soluções propostas.

Conclui-se que o objetivo foi alcançado. O material foi disponibilizado gratuitamente por meio de um link, acessível não só para jornalistas, mas para toda a sociedade, servindo de base para futuros estudos e iniciativas. Acredita-se que esta cartilha pode contribuir significativamente para a melhor da comunicação no jornalismo, promovendo um debate mais ético e construtivo.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. Brasília: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

BARBOSA, Marialva Carlos. **Imaginação televisual e os primórdios da TV no Brasil**. 2010. Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BELAU, D. (2014). **Comunicação Não-Violenta (CNV) e Jornalismo: Contribuição ao tema: “Impactos de um Jornalismo Violento.”** 36º Semana de Jornalismo da PUC-SP: “Olhares sobre a Violência.” Disponível em https://www.academia.edu/8956390/Comunica%C3%A7%C3%A3o_N%C3%A3o_Violenta_e_Jornalismo?auto=download. Acesso em 09 jul. 2024.

BERGER, Peter. LUCKMANN, Thomas. **Construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento**. Editora Vozes 36º edição. Rio de Janeiro, 2014.

CABRAL, Raquel; SALHANI, Jorge. **Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões**. E-compós. Brasília, v. 20, n. 3, p. 1-16, set./dez. 2017.

CEFET/PR – Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. **As Grandes Teorias da Sociologia. Pensamento Sociológico de Émile Durkheim**. Cornélio Procopio-PR. Disponível em <http://www.cp.cefetpr.br/pessoal/gombi/sociologia.html>. Acesso em 08 nov.2019.

GONZÁLEZ, A. C.; LÓPEZ, M. G. **Introducción**. In: **GONZÁLEZ, A. C.; LÓPEZ, M. C.** (Orgs.) **Comunicação y cultura de paz**. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2012. p. 15-23.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua**. Rio de Janeiro, 2022.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: 2002, EDUFBA.

HALL et al. (1993). **A produção social das notícias: Os “mugging” na mídia in Nelson Traquina (org.) Jornalismo: Questões, Teorias e Práticas**. Ed. Vega, Lisboa, p 226.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. **Um olhar histórico na formação e sedimentação da TV no Brasil**. VII Encontro Nacional de História da Mídia, 2009, Fortaleza.

MESQUITA, Giovanna Borges. **Intervenho, logo existo: a audiência potente e as novas relações no Jornalismo**. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

NJAINE, Kathie. **Violência na mídia e seu impacto na vida dos adolescentes: reflexões e propostas de prevenção sob a ótica da saúde pública**. Rio de Janeiro, 2004.

PERIGAGO, F. R. **O Perfil do Repórter de Telejornal Policial no Brasil**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RIBEIRO, Fábio. **Telejornalismo policial como “jornalismo popular”: reflexão sociológica sobre uma categoria nativa**. Revista Temática, ano XII, n. 08, p. 1-16, ago. 2016. NAMID/UFPB.

ROMÃO, D. M. M. **Police Journalism: cultural industry and violence**. 2013. 206 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2013, São Paulo.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. São Paulo, Ágora, 2006.

SHINAR, D. **Mídia democrática e jornalismo voltado para a paz**. Líbero, ano XI, n. 21, p. 39-48, 2008.

TONDATO, Marcia Perencin. **Violência na mídia ou violência na sociedade? A leitura da violência na mídia**. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, núm. 32, abril, 2007, pp. 126-133. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

VALESAN, S. Apresentação. In: WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência: mortes matadas por armas de fogo**. Brasília: 2015. Disponível em <http://bit.ly/1h5RXOX> Acesso em 09 set. 2024.

VIZEU, Alfredo; CERQUEIRA, Laerte José. **Telejornalismo: efeitos para o bem e para o mal**. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, São Paulo, SP, 05 a 09 set. 2016.

APÊNDICE A – CARTILHA COMUNICAR SEM VIOLENTAR: CARTILHA PARA JORNALISTAS

COMUNICAR SEM VIOLENTAR

Cartilha para Jornalistas



Natalia Ribeiro



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Bacharelado
**COMUNICAÇÃO
SOCIAL** UFPE Agreste
MÍDIAS SOCIAIS | PRODUÇÃO CULTURAL

COMUNICAR SEM VIOLENTAR

Cartilha para Jornalistas

Caruaru, Outubro/2024

Comunicar sem violentar: cartilha para Jornalistas é o Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social (CAA/UFPE) da estudante Natalia Ribeiro.

Ficha Técnica

Pesquisa, texto, edição e revisão
Natalia Barbosa Ribeiro

Capa, projeto gráfico e diagramação
Clara Malaquias da Costa

Orientação
Professora Giovana Borges Mesquita (CAA/UFPE)



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

Campus
AGRESTE

Bacharelado
COMUNICAÇÃO
SOCIAL UFPE Agreste
MÍDIAS SOCIAIS | PRODUÇÃO CULTURAL

SUMÁRIO

Apresentação	5
A importância do Telejornalismo	6
Violências no Plural	8
Grupos mais afetados pela Violência Jornalística	9
Termos e Construções Sociais que reforçam a Violência	10
Fique Ligado(a)!	11
O que é Comunicação Não-Violenta (CNV)?	16
Como a CNV pode ser trabalhada no Telejornalismo?	17
Comunicação Violenta x Comunicação Não-Violenta	18
A importância da Empatia	19
Como promover uma Cultura de Paz na Redação e Jornalismo?	22
Autoavaliação	24
Referências	25
Leituras que podem ser importantes	27

APRESENTAÇÃO

O primeiro contato que tive com a Comunicação Não-Violenta (CNV) foi no período da maternidade. Fui mãe no início da faculdade e, desde então, passei a me envolver com tudo que fosse relacionado a esse assunto, pois a CNV é um conceito que envolve educação respeitosa com os sentimentos e comportamentos da criança.

Como o intuito de juntar o que eu estava vivenciando na minha vida pessoal com os estudos, escolhi o tema no trabalho final da universidade. Tomei como objeto de estudo os programas policiais e, aplicando o conceito da CNV ao conteúdo analisado, surgiu a ideia de criar uma cartilha para jornalistas.

Antes de escrever as páginas que seguem abaixo, observei como os programas policiais retratam diversos grupos sociais, espalhando preconceitos, incentivando a violência e promovendo a desinformação.

Analisei as edições do Meio Dia (TV Jornal) e Balanço Geral (TV Guararapes), de segunda a sexta-feira, no período de outubro a dezembro de 2022, o ano que foi registrado 37,8 mortes violentas a cada 100 habitantes, no estado de Pernambuco, enquanto a taxa nacional foi de 23,4 mortes (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Além dos estudos sobre a CNV, a cartilha dialoga também com a Constituição Federal Brasileira de 1988, intitulada Constituição Cidadã; com o Código de Ética do Jornalista e com o conceito de Jornalismo de Paz.

Espero que as páginas a seguir sejam úteis para que possamos construir juntos um jornalismo mais ético, responsável e menos violento.

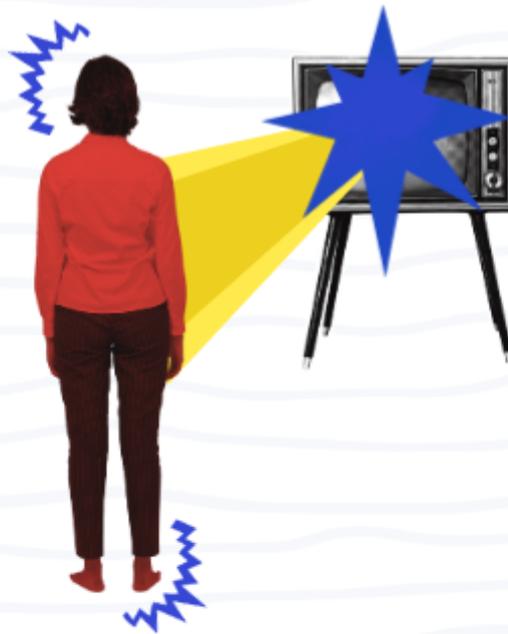


Boa leitura!

A IMPORTÂNCIA DO TELEJORNALISMO

O telejornalismo desempenha um papel crucial na proteção dos direitos e liberdades individuais. Além de informar, a notícia, principal matéria-prima do telejornalismo, colabora para a construção social da realidade e como forma de conhecimento não formal, contribuindo para as pessoas tomarem decisões e participar ativamente da vida política e social.

Dessa forma, a preocupação central do telejornalismo, deve ser com a busca da verdade e com a luta incessante por uma atuação ética, com qualidade da informação e pluralidade de versões (Cerqueira & Vizeu, 2016).



Mas isso nem sempre acontece. Nos programas policiaiscos brasileiros, assistimos a uma enxurrada de violência, desrespeito à presunção da inocência, exposição indevida de pessoas e desinformação.

Veja o exemplo da reportagem do Balanço Geral, veiculada no dia 05/10/2022 cuja chamada evidencia: "Mulher é presa por suspeita de envolvimento na morte de empresário na cidade de Escada". A imagem da acusada é mostrada entrando em um carro, enquanto o repórter, depois de relatar a história, segue a mulher assumindo que ela cometeu o crime, ainda que não tenha sido julgada. A seguir, destacamos as perguntas feitas pelo repórter:



E O PIOR É QUE TUDO ISSO ACONTECE EM EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO, QUE SÃO CONCESSÕES PÚBLICAS

Só para ficar claro: concessão de serviço público é "a transferência da prestação de serviço público, feita pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, mediante concorrência, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas, que demonstre capacidade para o seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado" (art. 175, CF).

VIOLÊNCIAS

NO PLURAL

Quando falamos de violência, pensamos o termo no plural, pois há diversas formas de violentar. Para Johan Galtung (2003), a violência é naturalizada quando existe a omissão da sociedade em adotar políticas alternativas de mediação e transformação de conflito, o que mantém as desigualdades e injustiças sociais até hoje.

O autor traz três formas de identificar diferentes tipos de violência:

VIOLÊNCIA DIRETA	Quando é possível identificar a vítima e o agressor.
VIOLÊNCIA INDIRETA OU ESTRUTURAL	Quando não há atores explícitos, pois é construída sob a forma de poderes desiguais que estão diluídos por trás de estruturas sociopolíticas, econômicas, culturais.
CULTURA DE VIOLÊNCIA	Quando não conseguimos identificar a violência claramente. Está presente em discursos sociais e em produtos e comportamentos socialmente legitimados. A propagação desses discursos se dá através da comunicação, naturalizando determinadas ideias, crenças, preconceitos, ideologias e comportamentos.



GRUPOS MAIS AFETADOS PELA VIOLÊNCIA JORNALÍSTICA



TERMOS E CONSTRUÇÕES SOCIAIS QUE REFORÇAM A VIOLÊNCIA A ESSES GRUPOS

NEGROS	"Tem jeito de bandido" "Suspeito de cor" "Indivíduo de origem afrodescendente"
POBRES	"Mendigo" "Morador de rua" "Sem-teto" "Favelado" "Desocupado"
MULHERES	"Essa mulherzinha" "Mulher de vida fácil" "Prostituta" "Esposa ciumenta" "Mulher vingativa"
LGBTQIA+	"Gay assumido" "Mulher masculinizada" "Homem vestido de mulher" "Traveco"
CRIANÇAS E ADOLESCENTES	"Jovem problemático" "Criança difícil" "Menino de rua" "Menor desajustado"



FIQUE LIGADO(A)!

JORNALISTA NÃO É JUIZ

Antes de ser condenado, o termo certo é acusado e não criminoso, muito menos bandido.

Art. 9º: A presunção de inocência é um dos fundamentos da atividade jornalística.

VIOLÊNCIA NÃO É PARA SER ESTIMULADA

“Bandido bom é bandido morto”

Art. 5º do CE: O jornalista não pode:

V - Usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime.



ESTIGMAS E PRECONCEITOS NÃO DEVEM SER REFORÇADOS

“Traveco que matou companheiro...”

Art. 6º do CE: É dever do jornalista:

XIV - Combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza.

**UM ESTADO AUTORITÁRIO E VIOLENTO NÃO DEVE SER
SOLICITAÇÃO DO JORNALISMO**

“A resposta da polícia foi implacável e rápida”

Art. 6º do CE: É dever do jornalista:

I - Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.



PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL NÃO DEVEM SER ALIMENTADOS

“O bairro virou uma zona de guerra”

“A violência tomou conta da cidade”

“Mais um homem é assassinado no Ibura. É o segundo crime de homicídio registrado no bairro só hoje”

Art. 5º da CF: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

JORNALISMO NÃO COMBINA COM SENSACIONALISMO

"Imagens exclusivas e depoimentos bombásticos que você só vai ver aqui, no Balanço Geral!"

Art. 11º do CE: O jornalista não pode divulgar informações:

II - De caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes;

III - Obtidas de maneira inadequada, por exemplo, com o uso de identidades falsas, câmeras escondidas ou microfones ocultos, salvo em casos de incontestável interesse público



DIREITO À PRESERVAÇÃO DA IMAGEM

"Filma bem a cara do sujeito"

"Filma aí a cara desse meliante"

Art. 5º, IX da CF:

X – São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.



QUEM É VOCÊ PARA INVADIR A CASA DAS PESSOAS?

"Respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão" é uma das recomendações do Código de Ética dos Jornalistas.

Você gostaria que sua casa fosse mostrada exaustivamente, que sua família fosse exposta?

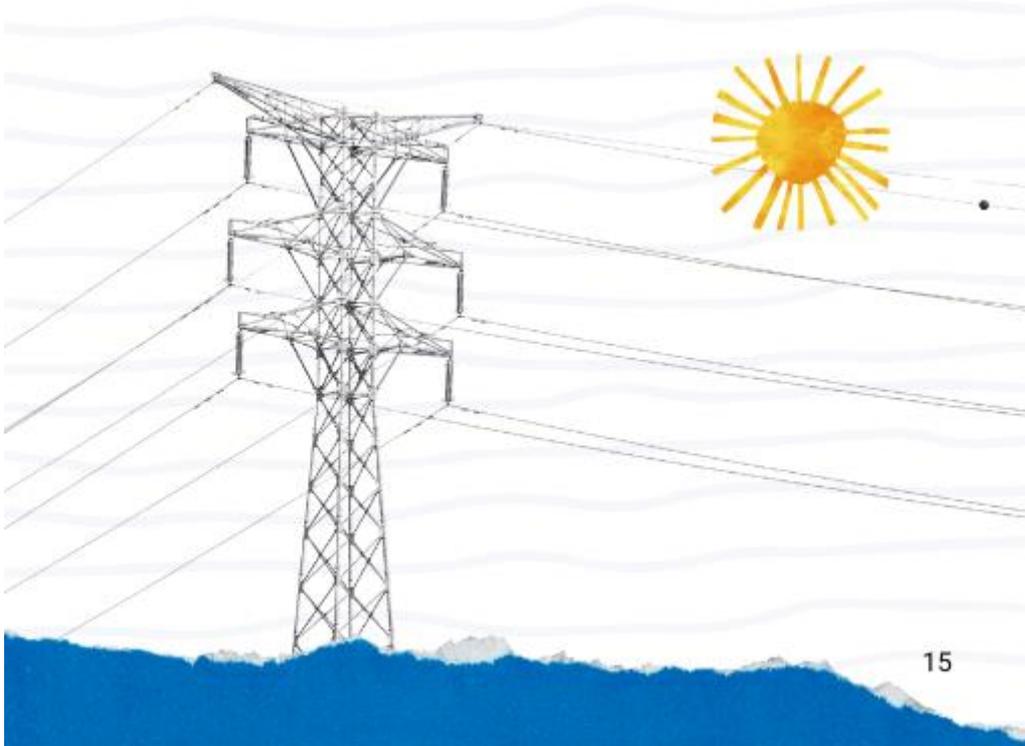
PARA NÃO ESQUECER: TV E RÁDIO SÃO CONCESSÕES PÚBLICAS

Isso quer dizer que o empresário detentor de uma concessão de rádio ou de televisão não é o dono daquele negócio, mas está apenas autorizado a explorá-lo por tempo determinado – 15 anos no caso da TV. Os sinais transmitidos por essas emissoras se propagam pelo chamado "espectro eletromagnético", que é considerado um bem público, isto é, propriedade do ser humano universalmente.

Por ser uma concessão pública, a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios (Art. 221 da CF, 1988):

I - Preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

IV - Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.



O QUE É A COMUNICAÇÃO NÃO- VIOLENTA (CNV)?

É uma teoria sistematizada por Marshall Rosenberg na década de 1960, que se resume em um conjunto de práticas não-violentas voltadas à comunicação, verbal e não-verbal, com objetivo de melhorar a maneira de se expressar, ouvir as pessoas e agir nas resoluções de conflitos de maneira consciente do que se está sendo observado, sentido, necessitado e demandando.

Os componentes do processo da Comunicação Não-Violenta



OBSERVAÇÃO

Analisar o que realmente está acontecendo, com objetivo de deixar a situação mais clara



SENTIMENTO

Identificar qual é o sentimento das pessoas que estão envolvidas na narrativa



NECESSIDADE

Definir qual é a necessidade e a prioridade das pessoas envolvidas na situação



PEDIDO

Fazer o pedido atendendo às necessidades das pessoas envolvidas

COMO A CNV PODE SER TRABALHADA NO TELEJORNALISMO?

Segundo o psicanalista Dirk Belau (2024), os quatro elementos da CNV (observação, sentimento, necessidade e pedido) podem ser correlacionados com o jornalismo da seguinte forma:

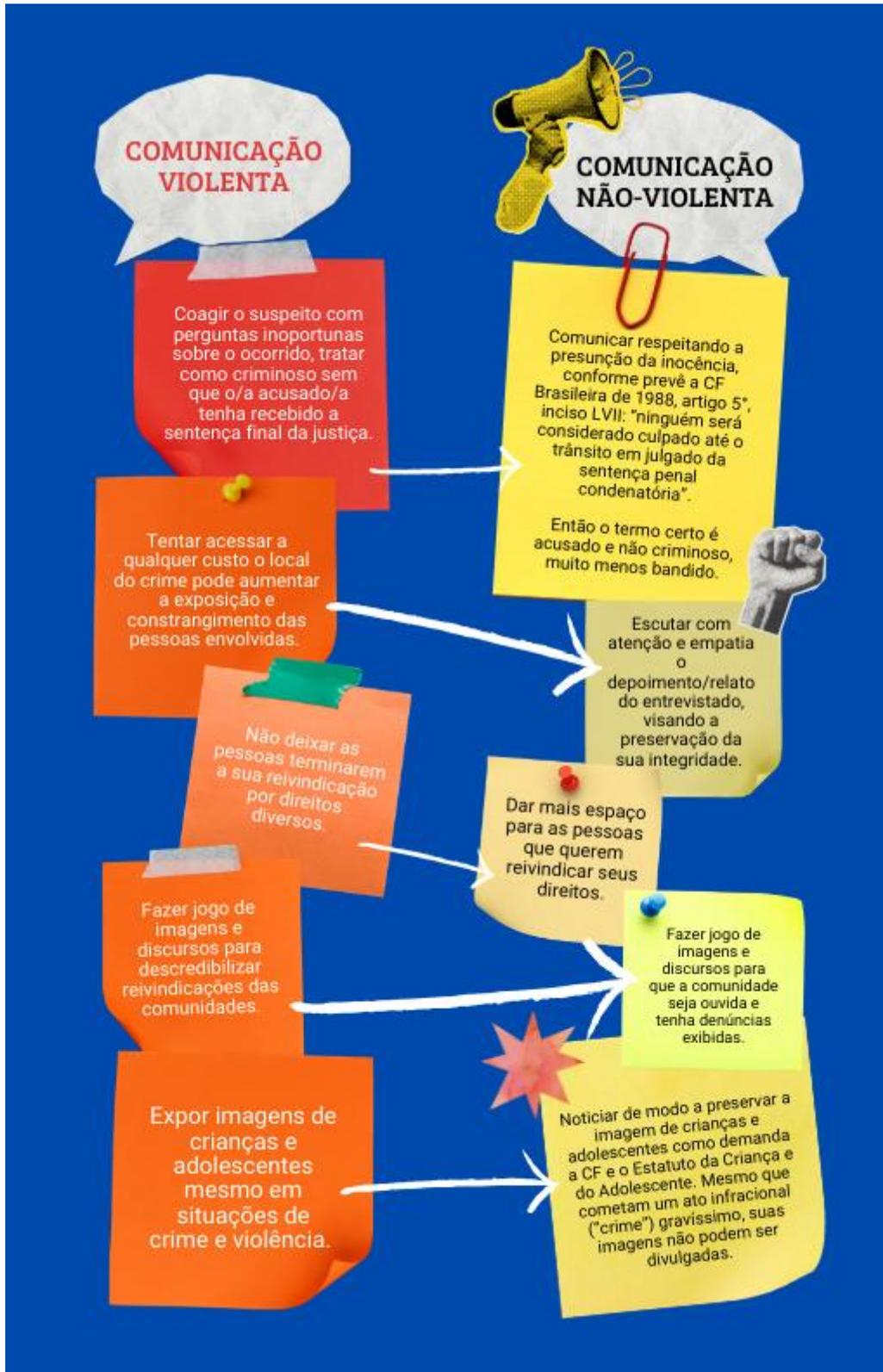
Observar sem julgar de maneira a esclarecer os valores que estão por trás daquela matéria, evitando eventuais julgamentos morais implícito;

Na identificação de **sentimentos**, o jornalista pode explorar os aspectos humanos das histórias sem manipular;

A **necessidade** de honestidade é importante ao noticiar, sendo portanto, significativo mencionar as demandas dos trabalhadores para não afetar negativamente a opinião pública;

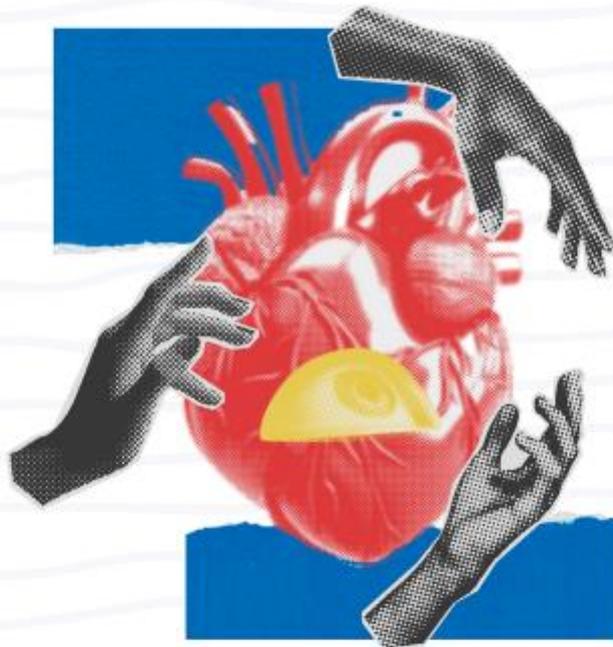
Por fim, a atenção do público é o **pedido**, pois a qualidade da notícia pode afetar essa atenção do/a telespectador/a deixando-o/a vulnerável a desinformação, que é considerada uma forma de violência na comunicação.





A IMPORTÂNCIA DA EMPATIA

Empatia é a disponibilidade de acolher o sentimento do outro em determinadas situações, mesmo que a pessoa não tenha passado por aquilo. Com empatia, é possível se conectar através dos sentimentos, compartilhando as emoções e racionalizando os acontecimentos.



O que é ser um jornalista empático?

Um jornalista empático é o profissional que busca compreender e respeitar as perspectivas e sentimentos das pessoas envolvidas, fortalecendo os valores humanos, morais e éticos na mídia. Além disso, se dedica a aprimorar sua prática profissional e a oferecer um serviço público de qualidade.

SER EMPÁTICO COM PALAVRAS, GESTOS E IMAGENS

Não chegue ao local da cobertura com preconceitos (conceitos antecipados) sobre aquelas pessoas as quais você vai trazer como personagem para sua reportagem.

Pergunte e ouça atentamente o que aquela pessoa tem a dizer - não deslegitime o discurso do entrevistado, a pessoa não é culpada só porque você que ela é. Lembre-se que antes que um julgamento seja finalizado pela justiça todos são apenas "acusados".



Ouçã as necessidades de uma comunidade ou daquele/a entrevistado/a – aquilo que motivou uma comunidade a bloquear uma rodovia não deve ser menor que o impacto da ação no trânsito, por exemplo.

Não subestime a dor alheia – para que perguntar “o que você está sentindo?” a uma mãe que acaba de perder um filho? O acolhimento àquela mulher é muito mais importante do que uma sonora para sua reportagem.

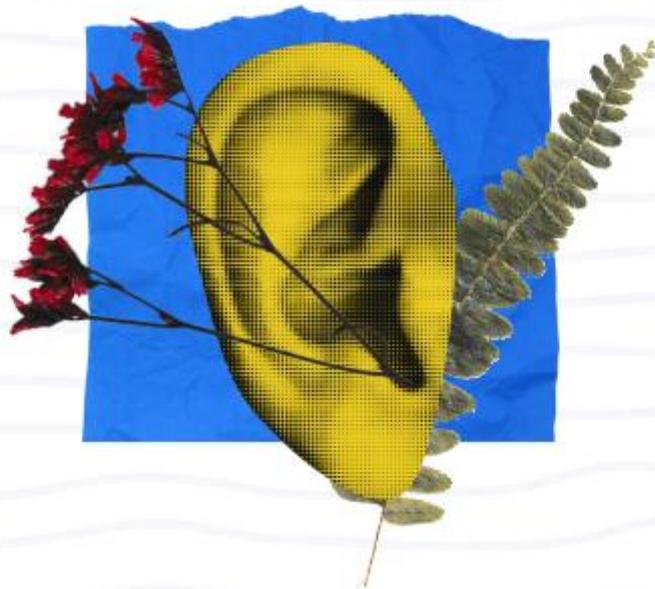
Respeite o silêncio – tente entender quais os sentimentos por trás de um silêncio, em vez de querer a todo custo uma sonora.

Evite adotar uma postura de superioridade ao tentar explicar algo ao entrevistado - todas as pessoas têm algo valioso a dizer.

Procure não fazer julgamentos morais durante a entrevista - ouvir e demonstrar compreensão é uma abordagem mais adequada.

Não ridicularize seu entrevistado – Evite expressões como: “coitadinho, tão inocente, não sabia que era golpe”.

Não é papel do repórter “corrigir” ou dar lição no entrevistado – “Você já foi preso antes, já foi alertado, e ainda assim volta a cometer o mesmo erro?”



E LEMBRE-SE

Não é só de texto, imagens e áudio que é feita uma reportagem de TV. O gestual do apresentador, como o balançar de cabeça, podem ser posturas de desaprovação, críticas e preconceitos reforçados. Questiona-se se a sua comunicação corporal não está sendo um julgamento.

COMO PROMOVER UMA CULTURA DE PAZ NA REDAÇÃO E JORNALISMO?

A **cultura de paz** é o oposto da cultura da violência que, por sua vez, contribui para a manutenção de um espiral de desigualdades, conflitos e injustiças na sociedade, garantindo o controle social. Busca, no entanto, ser um estado e uma cultura conjunta de valores e práticas, que devem ser buscadas pelo âmbito social e pessoal (González; López, 2012).

Jornalismo de Paz

O jornalismo de paz vem com uma proposta de noticiar de forma justa, completa e humanizada, fazendo escolhas responsáveis nos conteúdos a serem transmitidos, de modo que a audiência passe a considerar e valorizar, não só as informações, mas, principalmente as soluções dos conflitos.



E você? Como você pode construir uma notícia ou reportagem policial de paz?

Comece apurando a pauta com um enquadramento que incorpore elementos do jornalismo de paz, buscando contextualizar o conflito por meio da violência estrutural e cultural, em vez de focar na violência direta.

Durante a entrevista, direcione o entrevistado com perguntas construtivas sobre o tema.



Na escrita do texto, evite um tom que incite o medo.

Na edição, mantenha o contexto das falas para não prejudicar o entendimento do leitor ou telespectador, preservando a pluralidade das vozes.

Na pós-produção, utilize os elementos do jornalismo de paz como critérios para verificar se o material produzido está orientado para a solução dos conflitos.

AUTOAVALIAÇÃO



Agora pegue uma caneta e marque "Sim" ou "Não" nas situações descritas abaixo, de acordo com suas próprias vivências.

1. Você nota ou sente desconforto quando a imagem de alguém que ainda não foi julgado é exibida?

Sim Não

2. Você conhece o Código de Ética dos Jornalistas?

Sim Não

3. Você acha possível fazer um Jornalismo de Paz?

Sim Não

4. Você fica vigilante aos recortes de imagens que são feitos na edição do programa que desfavorecem a população?

Sim Não

5. Você gostaria de contribuir para um jornalismo justo e humanizado?

Sim Não

6. Você sabia que a desinformação é considerada uma forma de violência na comunicação?

Sim Não

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Disponível em: <https://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acesso em: 10 de jul. 2024.

BELAU, Dirk. **Comunicação Não-Violenta (CNV) e Jornalismo: Contribuição ao tema: "Impactos de um Jornalismo Violento"**. 36ª Semana de Jornalismo da PUC-SP: "Olhares sobre a Violência". Disponível em: https://www.academia.edu/8956390/Comunica%C3%A7%C3%A3o_N%C3%A3o_Violenta_e_Jornalismo?auto=download. Acesso em: 18 ago. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 10 de jul. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CANATTA, Fábio. **Telejornalismo e violência policial: uma análise de cobertura de operação que resultou na morte de 14 pessoas no Rio de Janeiro**. In: Inter com - XX Congresso de Ciência da Comunicação na Região Sul, Porto Alegre, 20 a 22 jun. 2019.

CABRAL, Raquel; SALHANI, Jorge. **Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões**. E-compós. Brasília, v. 20, n. 3, p. 1-16, set./dez. 2017.

FLORÊNCIO, Adriano. **Telejornalismo policial influenciado na compreensão dos direitos humanos: uma ação na construção social da realidade**. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 45º Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação, UFPB, 5 a 9 set. 2022.

GALTUNG, J. **Violence, peace, and peace research**. Journal of Peace Research, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GONZÁLEZ, A. C.; LÓPEZ, M. G. Introducción. In: GONZÁLEZ, A. C.; LÓPEZ, M. C. (Orgs.) **Comunicação y cultura de paz**. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2012. p. 15-23.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. [Tradução Mário Vilela]. São Paulo: Ágora, 2006.

REFERÊNCIAS

RIBEIRO, Fábio. **Telejornalismo policial como "jornalismo popular": reflexão sociológica sobre uma categoria nativa.** Revista Temática, ano XII, n. 08, p. 1-16, ago. 2016. NAMID/UFPB.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=po>. Acesso em: 10 de jul. 2024.

VIZEU, Alfredo; CERQUEIRA, Laerte José. **Telejornalismo: efeitos para o bem e para o mal.** In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, São Paulo, SP, 05 a 09 set. 2016.

LEITURAS QUE PODEM SER IMPORTANTES PARA O SEU DIA A DIA



CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

CÓDIGO DE ÉTICA DO JORNALISTA

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

**VOCÊ JÁ PAROU PARA
PENSAR SE SEU
TRABALHO ESTÁ
CONTRIBUINDO PARA
AUMENTAR OU DIMINUIR
A VIOLÊNCIA?**



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

Campus 
AGRESTE

Bacharelado
**COMUNICAÇÃO
SOCIAL** UFPE Agreste
MÍDIAS SOCIAIS | PRODUÇÃO CULTURAL

NATALIA BARBOSA RIBEIRO

TELEJORNALISMO E VIOLÊNCIA:

A Comunicação Não-Violenta como Alternativa em Programas Policialescos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Comunicação Social do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de relatório científico, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social.

Aprovado em: 17/10/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Giovana Mesquita Borges (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Diego Gouveia Moreira (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Dr^a. Danilo Borges e Silva de Araújo (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco